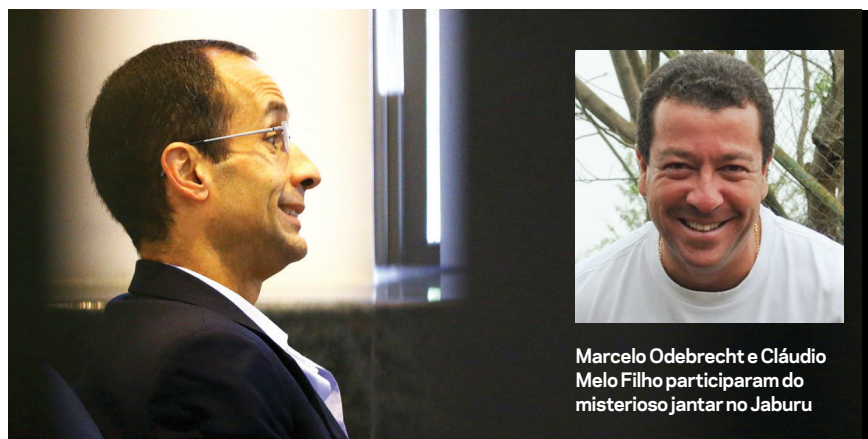


O PRESIDENTE ASSOMBRA DO

O JULGAMENTO NO TSE PÕE EM RISCO
O MANDATO E AS CONDIÇÕES DE
GOVERNAR DE MICHEL TEMER, ENROLADO
EM TRAMAS SUSPEITÍSSIMAS

por ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer morou uma semana no Palácio da Alvorada, a casa do chefe da nação, não gostou, e, ao voltar do Carnaval na Bahia, mudou-se de novo para a residência do vice-presidente. Os jardins de Burlle Marx, o viveiro natural de pássaros e as varandas fazem do Palácio do Jaburu mais aconchegante, na opinião do sexto inquilino do prédio, inaugurado 17 anos depois de Brasília. No Alvorada, comentou Temer em uma entrevista, “a energia não era boa” e “chegamos a pensar: será que aqui tem fantasma?” Superstições à parte, o presidente tem um metafórico fantasma a assombrá-lo de verdade e a lançar mais incertezas sobre o País. Um enredo em que um dos personagens é justamente o Jaburu, palco de um suspeitíssimo jantar de



Marcelo Odebrecht e Cláudio Melo Filho participaram do misterioso jantar no Jaburu

captação de fundos de campanha a botar Temer diante da encenada Odebrecht.

O fantasma está à solta desde que, nos últimos dias, foi marcado o julgamento de uma ação proposta em dezembro de 2014 pelo PSDB de cassação da chapa vencedora da eleição presidencial daquele ano. Será a partir da terça-feira 4, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Temer e Dilma Rousseff, que se diverte a dizer nunca ter visto “fantasma nenhum” no Alvorada e que seu ex-vice é “medroso”, são acusados de abuso de poder político e econômico. Aliados de Temer desde o *impeachment*, agora os tucanos não querem mais a degola dele, só da petista, e esforçam-se em Brasília para livrar a cara do peemedebista. Uma missão na qual



Outro conviva do jantar, oferecido em maio de 2014, Eliseu Padilha afirma: "A acusação é uma mentira"

contam com o presidente do TSE, Gilmar Mendes, escandalosamente íntimo de um réu a quem cabe julgar, Temer.

Foi ao longo de mais de dois anos de investigação pelo TSE, mas especialmente nos últimos cinco meses, que surgiram ou foram detalhadas histórias embaraçosas para Temer. Ainda que não sejam consideradas no julgamento, e é possível

que não sejam, revelam o *modus operandi* do presidente e seus liderados no PMDB quando no poder ou atrás de dinheiro. É o caso de um jantar no Palácio do Jaburu e de uma inusual conta eleitoral aberta por Temer em 2014.

O jantar e seus desdobramentos compõem uma trama picante, com contradições, mentiras e pistas de crimes. O

repasto aconteceu provavelmente em 28 de maio de 2014 e o objetivo era providenciar grana para o PMDB na eleição de dali a quatro meses. Participaram o anfitrião Temer, Eliseu Padilha, hoje chefe da Casa Civil, Marcelo Odebrecht, presidente da *holding* homônima condenado a 19 anos de cadeia na Operação Lava Jato, e Cláudio Melo Filho, ex-lobista da empresa. O encontro era um segredo e foi revelado por Melo Filho na delação negociada com a Procuradoria-Geral da República para escapar da Lava Jato.

No Jaburu, diz a delação, Temer "solicitou, direta e pessoalmente para Marcelo Odebrecht, apoio financeiro para campanhas do PMDB". Selou-se então, segundo Melo Filho, um acordo de 10 milhões de reais. Parte do dinheiro foi entregue no escritório do advogado José Yunes, amigo de Temer. Um e-mail enviado por Marcelo às 9h01 de 9 de outubro de 2014 a alguns executivos da Odebrecht menciona o trato. Seu teor foi entregue por Filho à Procuradoria. O repasse, escreve Marcelo, foi feito "depois de muito choro" dos pedintes. "MT", código provável para identificar Michel Temer, deveria ser avisado "que este seria nosso único contas a pagar do time dele".

Se houve entrega de dinheiro *cash* não declarado à Justiça Eleitoral, há cheiro de caixa 2, um crime. Está lá, no artigo 350 do Código Eleitoral: até cinco anos de prisão para quem falsear ou omitir informações em documento público com fins eleitorais. Daí as ofendidas reações do "MT" e "do time dele" quando o roteiro da delação veio a público, em dezembro. Nota do Palácio do Planalto na época: Temer "repudia com veemência as falsas acusações", "não houve caixa 2, nem entrega de dinheiro a pedido do presidente". Nota de Padilha: "Nunca tratei de arrecadação para deputados ou para quem quer que seja. A acusação é uma mentira". Carta de demissão de Yunes, então assessor especial

REPORTAGEM DE CAPA

de Temer: “Vi meu nome jogado no lamaçal de uma abjeta delação”.

Camarada de Temer há décadas, Yunes teve uma indignação artificial. Às vésperas do Carnaval, admitiu em público que recebera “um pacotinho” em seu escritório em 2014, supõe-se que com dinheiro vivo, a pedido de Padilha, de quem fora “mula”. O ministro até hoje se nega a dar explicações ao País: “Fico quietinho”. A confissão de Yunes, tudo indica, foi preventiva e destinada a tentar salvar a pele de Temer, então preocupado com o que viria depois da folia momesca. O tal jantar seria tema do interrogatório de vários executivos da Odebrecht na ação contra a chapa Dilma-Temer no TSE. Inspirado pelo vazamento ilegal de trechos das delações, o relator da ação de cassação, Herman Benjamin, resolveu abrir a porteira do caso às narrativas odebrechtianas, embora a ação original movida pelo PSDB não tenha nada a ver com isso, motivo de chiadeira da defesa de Dilma e de Temer.

Ouvido na Quarta-Feira de Cinzas por teleconferência desde Curitiba, onde está em cana, Marcelo reconheceu a ocorrência do jantar. Temer fez o mesmo no dia seguinte, em outra nota do Planalto, aspecto não abordado naquela nota de dezembro. O laconismo presidencial sobre o convescote no Jaburu talvez se explique por um motivo pouco notado. Usar prédio público para pedir verba de campanha a uma empresa que tem contratos com o Estado pode ser enquadrado como “concussão”, crime descrito no artigo 316 do Código Penal: valer-se da função ocupada para exigir vantagem indevida para si ou terceiros, punido com prisão de dois a oito anos. “O candidato morava no Jaburu, mas não poderia fazer um jantar com recursos públicos e pedir dinheiro usando o *status* de vice-presidente, o símbolo da Vice-Presidência,



O presidente do TSE, a dispensar apresentações, é escandalosamente íntimo de um réu a quem cabe julgar

que é o Jaburu. Que usasse o escritório dele em São Paulo”, diz Eugênio Aragão, vice-procurador-geral eleitoral de setembro de 2013 a março de 2016.

A preferência de Temer pelo Jaburu como palco do jantar foi fruto de cálculo, segundo a delação de Melo Filho. “Claramente, o local escolhido para a reunião foi uma opção simbólica voltada para dar mais peso ao pedido de repasse financeiro que foi feito naquela ocasião.” *CartaCapital* questionou o advogado de Temer no TSE, Gustavo Guedes, sobre o respaldo jurídico para o jantar no Jaburu, mas não obteve resposta.

Ao depor ao TSE depois do Carnaval, Marcelo Odebrecht e Melo Filho deram versões conflitantes sobre o encontro, motivo para Herman Benjamin ter promovido uma acareação entre eles em 10 de março. Os depoimentos e o *tête-à-tête* estão sob sigilo, mas trechos foram parar na internet. A contradição básica é se Temer pediu verba diretamente a Marcelo e se acertou com ele o valor de 10 milhões de reais, dos quais 6 milhões iriam para Paulo Skaf, candidato do PMDB ao

governo paulista em 2014. O empreiteiro diz que não, o ex-lobista diz que sim, tudo igual na acareação. Durante a acareação, ninguém cravou que os 10 milhões seriam usados na campanha presidencial, daí que é pouco provável que o juiz Benjamin use o tema em sua sentença sobre a chapa.

Temer nega ter feito pedidos financeiros a Marcelo e, logo após o primeiro depoimento deste, o Planalto soltou uma nota a dizer que o empresário confirmara o que o presidente “vem dizendo há meses”. Há quem veja Marcelo disposto a preservar-se perante Temer. Entende-se: quer que sua empresa siga de pé, e o governo



“Temer não poderia usar recursos públicos para financiar o jantar”, diz Aragão



O relator do processo, Herman Benjamin, pretende respeitar a Constituição

pode ajudar ou atrapalhar. Por exemplo: o grupo tem 500 milhões de dólares a receber em crédito do BNDES por obras no exterior, e em março o banco emitiu sinais favoráveis. Outro exemplo: subordinada a Temer, a Advocacia-Geral da União tenta o bloqueio judicial de certos bens da Odebrecht, apesar do acordo de leniência do grupo com o Ministério Público.

O interrogatório de dez funcionários da Odebrecht pelo TSE, quase 19 horas ao todo, trouxe mais incômodos para Temer no episódio do jantar. Na delação à Procuradoria, Melo Filho aponta um executivo que trabalhava com ele, José de

COMO PALCO DO JANTAR, O JABURU CONVINHA A TEMER. A OPÇÃO PELO LOCAL FOI SIMBÓLICA, "PARA DAR MAIS PESO AO REPASSE FINANCEIRO", DISSE CLÁUDIO MELO FILHO

Carvalho Filho, como encarregado de fazer o *cash* acertado no Jaburu chegar ao PMDB. Da quantia combinada, 4 milhões seriam distribuídos conforme instruções de Padilha. Ao TSE, Carvalho Filho disse ter definido a operação pessoalmente com o hoje ministro. Dava senhas ao peemedebista e recebia deste endereços de entrega. A grana só seria retirada no local acertado mediante a pronúncia da senha específica para aquele endereço.

No escritório de Yunes, teriam sido deixados 500 mil reais em nome do deputado

cassado Eduardo Cunha, para retirada mediante a senha "morango". Ao confessar ter sido "mula" de Padilha, Yunes apontou um doleiro ligado a Cunha, Lúcio Funaro, hoje preso em Brasília, como a pessoa que levava a bufunfa por ordem de Padilha, envolvimento negado pelo doleiro. Na delação de Melo Filho e em depoimento ao TSE, há relatos de que Carvalho Filho teria recebido um telefonema destemperado de Cunha, próprio da personalidade dele, a cobrar sua parte no butim de 4 milhões de reais, 500 mil. Parece que a Odebrecht teve de desembolsar 500 mil além do combinado no Jaburu para tapar um buraco deixado porque alguém sumiu com outros 500 mil. A propósito: na quinta-feira 30, Cunha foi condenado pelo juiz Sergio Moro a 15 anos de cadeia. Dobrará a aposta na chantagem contra Temer?

Senhas, dinheiro em espécie, sumiço de 500 mil reais... Uma história digna da trilogia *O Poderoso Chefão*, sobre a máfia nos Estados Unidos, ou da série *Narcos*, sobre o traficante colombiano Pablo Escobar. "Dinheiro de campanha em espécie é indício muito forte de que a origem do dinheiro é ilegal", afirma Michael Mohallem, professor de Direito da FGV Rio. Um parlamentar do PMDB costuma dizer que a verba doada pelo famigerado Departamento de Operações Estruturadas, vulgo seção da propina, da Odebrecht era fruto de sonegação. Ao TSE, Marcelo admitiu que era isso mesmo. Os recursos do departamento, declarou, eram gerados "por planejamento fiscal, a maior parte feito fora do Brasil" e utilizados por executivos "para fazer pagamentos não contabilizados, incluindo caixa 2 de campanha" e até "para fazer propina".

Ao se defender das suspeitas nascidas do jantar, Temer diz que todas as doações da Odebrecht ao PMDB foram legais e registradas. Será? Skaf, o presidente da



Até o último alento, Yunes tenta salvar a cara do amigo e parceiro

MARCELLO CASAL JR./ABR E PAULO GIANDALIA/ESTADÃO CONTEÚDO



Fiesp que liderou marchas de patos amarelos contra a alta de impostos no governo Dilma e agora tem motivo para sorrisos amarelos diante das novas taxações anunciadas pelo correligionário Temer, não informou à Justiça qualquer doação da Odebrecht em 2014. Caixa 2? “Skaf nunca pediu nem autorizou ninguém a pedir contribuição de campanha que não as regularmente declaradas”, diz nota de sua assessoria.

A direção nacional do PMDB informou à Justiça ter recebido 11,3 milhões de reais da empreiteira. Em sua defesa, Temer dá a entender que os 10 milhões de reais negociados no Jaburu estariam materializados aí, embora não o diga claramente, pois nega ter falado de valores na janta. Estranho. A Odebrecht é líder de um setor campeão de donativos eleitorais no Brasil, o PMDB é a maior sigla, e tudo o que a empresa deu à direção do partido foram 11,3 milhões? O equivalente a 0,5% dos 208 milhões de reais arrecadados pela legenda?

A conta bancária aberta por Temer na eleição para guardar doações também não registra nada da Odebrecht. Uma conta inusual, diga-se. A lei permite ao candidato a vice ter uma conta própria, mas jamais aconteceu no País. Temer debutou. E se enrolou. Em 19 de setembro de 2016, o empresário Otávio Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, depôs ao TSE no processo contra a chapa Dilma-Temer. Disse ter dado um cheque de 1 milhão de reais para a campanha de Dilma, propina disfarçada de doação em troca de obras federais. Errado. O cheque caiu na conta de Temer. Pego na mentira pelos advogados de Dilma, que apresentaram uma papelada ao TSE, Andrade se corrigiu. O dinheiro sujo para Dilma na verdade era limpo para Temer...

O correntista Temer arrecadou 19 milhões de reais na eleição de 2014, de



DOS 10 MILHÕES, 6 SOBRARIAM PARA PAULO SKAF, CANDIDATO AO GOVERNO DE SÃO PAULO, ACUSA MELO FILHO



Condenado a 15 anos de cadeia, Cunha dobrará a aposta na chantagem contra Temer?

acordo com informes ao TSE. Repassou 16 milhões a atividades que não tinham relação direta com a campanha de Dilma, mas para financiar seus amigos do PMDB. Inclusive gente que apoiou o candidato tucano Aécio Neves contra a petista, caso do deputado gaúcho Darcísio Perondi, agraciado com 100 mil reais.

A conta de Temer, conforme registros do TSE, arrecadou 3,5 milhões de reais doados pela família Borges Torrealba, proprietária do grupo Libra, de negócios portuários. A empresa possui uma concessão para explorar um terminal no Porto de Santos, área de antiga influência política de Temer. Em setembro de 2015, foi beneficiada pela renovação antecipada da concessão, até 2035, graças a um deputado escolhido por Temer, Edinho Araújo, para ser ministro dos Portos de Dilma.

No iminente julgamento no TSE, a existência da conta paralela é um dos principais argumentos dos advogados de Temer para tentar tirar a responsabilidade dele à chapa. Quer dizer, se houve abuso de poder econômico ou caixa 2, Temer não teria nada a ver com isso, puna-se apenas Dilma Rousseff. Teses mirabolantes sobre como salvar Temer em caso de condenação da chapa proliferam, às vezes vocalizadas por Gilmar Mendes, o presidente do TSE.

Uma delas é cassar só Dilma, exatamente sob a alegação de Temer não ter responsabilidades na chapa. Cheiro de desfaçatez. Um dia após assumir internamente a vaga de Dilma, 13 de maio de 2016, Temer abriu o Jaburu ao *Fantástico*, da Rede Globo, e em sua primeira entrevista no cargo defendeu assim a ideia de que tinha legitimidade comandar o Brasil: “Fui eleito juntamente com a senhora presidente. Os votos que ela recebeu, eu também os recebi”. Outra tese jurídica mirabolante é cassar a chapa toda, mas permitir a Temer concorrer em uma eleição indireta no Congresso destinada a escolher quem tocaria o País até a eleição

JOSÉ CRUZ/ABR E LULA MARQUES/AG. PT

